

RESENHA

Formação humana e sociedade digital: elementos da relação entre educação e condição humana na atualidade

Alex Sander da Silva¹
Gustavo Rodrigues Jordão²

Em seu livro *Educação e condição humana na sociedade atual: formação humana, formas de reconhecimento e intersubjetividade de grupo*, publicado em 2021 pela editora Appris, o professor do PPGEDU e dos cursos de graduação em Filosofia e Pedagogia da UPF/RS, Claudio Dalbosco, reúne nove ensaios, divididos em capítulos, sobre diferentes temas e filósofos. Tais ensaios são baseados em palestras que o professor realizou na última década. Embora os temas difiram bastante entre si, desde a abordagem até os referenciais que o autor utiliza, há um fio condutor que os une: a relação entre educação, sociedade e condição humana.

Além desse fio condutor, há um objetivo em comum nos capítulos elaborados pelo autor, a motivação de introduzir novamente na discussão filosófica e educacional atual as abordagens trazidas pela tradição filosófica. Isso se efetiva especialmente na releitura do pensamento iluminista de Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant, a partir da relação com interpretações mais contemporâneas desses pensadores, nas filosofias de Martha Nussbaum, Axel Honneth e Michel Foucault. O autor compreende que o perigo de não mais recorrer a esses pensadores do nosso passado pode levar a um relativismo radical, sendo necessário, então, utilizar do pensamento clássico, mesmo compreendendo que para abordá-los hoje são oportunos alguns questionamentos.

Na introdução da obra, o próprio autor já nos apresenta de forma satisfatória o tema de cada capítulo e os caminhos percorridos para se chegar nas conclusões apresentadas. Dessa maneira, compreendendo a densidade da obra, esta resenha pretende abordar dois capítulos em específico: o terceiro, intitulado “Formação humana e sociedade digital”, e o sexto, que se intitula “Patologia da repugnância e respeito pela diferença”. Tais escolhas se devem ao fato de serem dois capítulos que parecem se relacionar estritamente, visto as novidades que a própria sociedade digital traz para o tema da diferença entre os seres humanos e também pela referência utilizada pelo autor para tratar de tais temas estar relacionada com o pensamento de Rousseau e sua obra “Emílio”, além da filosofia kantiana e sua relação com os problemas contemporâneos.

¹ UNESCO, Criciúma/SC - Brasil. E-mail: alexsanders@unesco.net. ORCID: [0000-0002-0945-9075](https://orcid.org/0000-0002-0945-9075).

² UNESCO, Criciúma/SC - Brasil. E-mail: gustavojordao44@gmail.com. ORCID: [0009-0005-1047-2663](https://orcid.org/0009-0005-1047-2663).

Formação humana e a sociedade digital

Por se tratar de uma obra densa, optamos por pontuar alguns aspectos de um capítulo da obra. No terceiro capítulo, que trata da formação humana e a sociedade digital, alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos são feitos pelo autor. O primeiro deles diz respeito ao entendimento de sociedade digital, que nesse caso é tomado de uma forma mais ampla, ou seja, as profundas transformações ocorridas no ocidente a partir da década de 1970, com diversas revoluções tecnológicas. A partir disso, é posto o questionamento se ainda é possível utilizar os ideais filosóficos e pedagógicos do iluminismo para tratar dessas modificações sociais atreladas ao desenvolvimento tecnológico. Vale ressaltar que o objetivo que o autor propõe ao relacionar os ideais iluministas tem como pano de fundo a formação do ser humano, chegando na premissa de que, embora as tecnologias sejam revolucionárias e transformadoras, elas não devem, ou ao menos não deveriam dispensar alguns princípios educacionais formulados pela tradição iluminista. Pelo contrário, deve-se ter uma filosofia da educação que seja capaz de preservar os referenciais clássicos ao mesmo tempo em que os relaciona ao novo que se apresenta na contemporaneidade, não sendo apenas conivente, mas, como todo espírito crítico, seja capaz de criar e investigar tendências.

Após as considerações iniciais, o professor Dalbosco divide o capítulo em três distintos momentos. O primeiro deles, intitulado “Estado da questão: tecnologia digital e novas formas de vida”, trata justamente das mudanças promovidas por essas novas tecnologias na forma como o indivíduo irá conduzir a sua vida. Apesar de reconhecer as dificuldades de tal análise, o professor propõe um amparo em dois pontos de vista, entrelaçados entre si: o ponto de vista sociológico e o ponto de vista filosófico. Enquanto o primeiro diz respeito a uma relação com o capitalismo e a obtenção do lucro, o segundo irá tratar da relação entre o ser humano e a técnica. O autor traz à tona essa relação recordando o momento em que o ser humano se torna um ser técnico e, como isso, se relaciona com a capacidade de reinventar o uso da tecnologia na contemporaneidade. A partir dessa análise, tem-se o questionamento se “a tecnologia digital propicia maior liberdade ao ser humano, contribuindo para sua individuação cooperativa e solidária, ou acentua a tendência humana ao narcisismo e individualismo?” (DALBOSCO, p. 79, 2021).

Para responder tal questionamento, além de trazer Rousseau, o autor, reconhecendo que não é possível responder essa pergunta de uma forma simplista, traz duas diferentes perspectivas, extremas e opostas, a dos tecnófilos e a dos tecnóforos. Tais formas de ver a tecnologia são de extrema importância para se compreender o debate sobre ela atualmente. Enquanto os tecnófilos trazem uma visão extremamente positiva da tecnologia digital, crendo inclusive na “[...] mudança de consciência num sentido mais igualitário e cooperativo” (DALBOSCO, 2021, p. 80), através de computadores pessoais ligados em rede, os tecnóforos afirmam que a tecnologia digital está reforçando cada vez mais o narcisismo, buscando legitimar crenças e opiniões já formadas e com um incentivo de uma cultura fragmentada. Fica evidente como ambas as perspectivas acabam divergindo sobre o papel democrático da tecnologia digital, através de tais fundamentações.

O caminho, então, proposto pelo autor, é buscar um ponto de vista crítico para evitar tais extremismos. Entende que se deve levar em conta os aspectos positivos e negativos das tecnologias digitais, o que em última análise deve resultar em uma boa ferramenta para a geração digital, especialmente em seus usos na escola, e o controle necessário para não se entrar em um relativismo, que pode ocorrer diante de um otimismo exagerado sobre tais tecnologias.

Em um segundo momento do capítulo, no tópico “Educação como diálogo entre gerações: abertura ao novo e construção do mundo em comum”, o autor busca uma alternativa, a partir do diálogo, para um uso mais pedagógico e uma relação mais próxima das diferentes gerações sobre os usos da tecnologia e também as formas de vida nessas sociedades digitais. Tal análise se torna fundamental, visto a herança clássica filosófica do uso do diálogo e o método dialético na resolução de problemas, e também o fato empírico de as novas gerações terem uma facilidade evidente para o uso de tais tecnologias. Ou seja, de fato, parece criar-se uma relação de interdependência, que em última análise promove o crescimento de ambas as gerações, com um equilíbrio entre o conservadorismo e a falta de limite que pode ser resultado da falta de diálogo entre elas.

Para explanar melhor essa ideia, Dalbosco recupera aspectos da filosofia de Rousseau, de Kant e também de Arendt. No que remete à filosofia rousseauiana, a obra “Emílio” e as ideias de respeito ao mundo da criança, ao desenvolvimento natural e ao papel muitas vezes de mediação da autoridade, acabam apresentando essa forma mais alternativa de diálogo entre as gerações e como isso pode ser benéfico para ambas. Adiciona-se a importância da obra e da crítica de Rousseau aos métodos tradicionais de ensino de sua época e tem-se ainda mais claramente a relevância de tal perspectiva também para a contemporaneidade. Sobre Kant, observa-se que ele “[...] também concebe a educação como um diálogo vivo entre as gerações, reescrevendo o conflito entre intervir e deixar acontecer na forma da tensão permanente entre coerção e liberdade” (DALBOSCO, p. 84, 2021). Ou seja, o autor nos traz o entendimento da importância da relação entre coerção e liberdade, que como ele mesmo exemplifica adiante é o fato de entender, a partir de sua liberdade, as motivações e obrigações de seguir regras, usando da própria capacidade de julgamento e não se tornando um ser passivo.

Por fim, em uma análise mais contemporânea, o autor traz a ideia de Arendt, em uma perspectiva dialógica entre as gerações, onde existe um conflito permanente entre o velho e o novo. Ao mesmo tempo em que o adulto precisa respeitar as novidades da criança, ele tem o papel de apresentar o mundo para ela, sem impor os sentidos subjetivos que ele já possui, ou seja, sem “pré-conceitos” estabelecidos, e este seria o papel, a finalidade da educação. A partir de tais abordagens, Dalbosco (2021, p. 86) conclui manifestando “[...] o quanto precisamos ainda de referenciais normativos inerentes ao conceito iluminista moderno de educação”.

No terceiro e último tópico deste capítulo, “Tecnologia digital e educação formal”, o autor coloca a impossibilidade de não usar a tecnologia, seja na sociedade em geral ou, mais especificamente, no ambiente escolar. Essa constatação tem uma equivalência prática muito evidente, pois nota-se cada vez mais o uso das redes sociais, inclusive para

descrever as rotinas e os compromissos individuais e também nas novas políticas educacionais que colocam cada vez mais o celular ou, em um sentido mais amplo, o uso dessas novas tecnologias como necessários, sendo direcionados para um melhor rendimento escolar, o que comprova-se também com o recente uso de lousas digitais, projetores nas salas de aula de escolas de educação básica, computadores, tablets e afins, disponibilizados para os estudantes.

Porém, além disso, Dalbosco apresenta alguns aspectos a partir do entendimento dessa realidade descrita acima, relacionando os conceitos e filosofias clássicas vistas nos tópicos anteriores e refletindo sobre até que ponto elas devem ser mantidas ou atualizadas, especialmente na perspectiva educacional. Três são os aspectos levantados pelo autor, sendo o primeiro a necessidade ainda maior de ouvir as crianças. Em outras palavras, “o adulto educador não pode se colocar mais na posição de dono absoluto da verdade, mas precisa abrir-se ao diálogo com a nova geração” (DALBOSCO, p. 87, 2021). Porém, o autor ainda adverte que nesse diálogo não se trata de ceder a todas as vontades das crianças, mas sim mediá-las. O segundo aspecto diz respeito ao entendimento de que a criança é um ser mais sensível que propriamente intelectual. Dito de outra forma, “[...] a educação das novas gerações não pode ser uma educação meramente intelectualista, mas deve começar pela experiência e, portanto, tomar a ‘razão sensível’ como núcleo epistemológico da inteligência infantil” (DALBOSCO, p. 87, 2021). Pode-se atrelar aqui a ideia de que a criança é um ser que vive intensamente as experiências e que colocá-la como foco do processo educacional parece ser uma boa alternativa para fazer com que o aprendizado seja de fato transformador.

Como terceiro e último aspecto, o autor traz a noção kantiana de maioridade, afirmando que os dois aspectos anteriores só possuem sentido se buscarem em última análise a autonomia do ser humano, fazendo julgar e pensar por si mesmo e, portanto, sair da menoridade. A partir desses princípios, fica clara a intenção do autor em fugir dos extremos propostos pelas correntes tecnófilas e as tecnófobas. Ao mesmo tempo em que propõe uma atualização e um entendimento das filosofias clássicas nesse novo cenário de tecnologia digital, alerta para os riscos da tecnologia e o que fazer para evitá-los, fugindo assim de uma análise simplista, que certamente não daria conta de explicar tais fenômenos, visto sua complexidade: “[...] procurei evitar, ao longo de meu raciocínio, qualquer uma das posturas extremas: da negação absoluta da tecnologia digital ou simplesmente sua aceitação total sem o balanço crítico necessário” (DALBOSCO, p. 89, 2021). É possível verificar que, a partir de tal fechamento do capítulo, o autor consegue cumprir o seu objetivo de propor uma análise rica baseada nos clássicos, que certamente não responde em sua totalidade os problemas, mas ao menos coloca uma reflexão e possíveis caminhos para conviver e aprender na sociedade digital.

Seguindo para o sexto capítulo da obra, o autor irá tratar do tema da diferença. O capítulo é intitulado “Patologia da repugnância e respeito pela diferença”. Ressalta-se que o restante da obra é de grande importância, assim como os capítulos aqui apresentados. A seleção destes em específico se deve ao fato de compreendê-los como estritamente interligados, atrelando o desafio que é lidar com a diferença a essa nova realidade da

sociedade digital. Mesmo que de forma indireta, as informações nestes capítulos se complementam. Dalbosco questiona como é possível se falar tanto em diferenças nos dias de hoje e ainda assim existir a desigualdade, a injustiça e a discriminação, ou seja, o fato do discurso estar presente não resulta nos problemas históricos e sociais resolvidos. Embora as respostas sejam provisórias, entende-se a importância de romper com aquilo que o autor irá chamar de repugnância. O sexto capítulo está dividido em quatro partes, que, percorrendo uma linha de raciocínio, irão sintetizar a educação com a diferença.

Na primeira parte do capítulo, que irá tratar a questão da diferença, nos é apresentada a ideia metafísica da diferença e as consequências de tal abordagem, ou seja, a relação da diferença com a unidade, entendida aqui como essência. Porém, o que resulta disso? Vale ressaltar aqui que essa ideia é também abordada nos dois primeiros capítulos da obra, mas neste sexto capítulo, em específico, explica que “o modo de pensar a diferença que se justifica a partir de sua essência, assume conotações políticas e pedagógicas bem definidas: conduz à hierarquização do ser, estabelecendo níveis superiores e inferiores (DALBOSCO, 2021, p. 127). Essa hierarquização resulta em discriminações e mecanismos de dominação que tem suas bases também na ideia de onipotência. A onipotência divina do pensamento agostiniano é substituída por uma onipotência humana, que, como apontado no capítulo, irá servir de base para a educação da nobreza na modernidade, uma educação excludente, que será criticada por Rousseau em sua obra “Emílio”, que traz um reconhecimento do outro representado pela criança e, consequentemente, o respeito ao sofrimento alheio.

O autor ainda nos apresenta neste primeiro tópico do capítulo seis uma perspectiva alternativa para tratar da diferença, denominada de normativa imanente. Tal perspectiva é uma contraposição à ideia metafísica apresentada anteriormente, que, não levando em conta a ideia de uma essência do ser, coloca a diferença como uma manifestação plural e não determinada. O que o autor parece apresentar é uma perspectiva mais existencialista, o que pode remeter ao problema clássico da filosofia da essência versus existência. Embora tal perspectiva normativa imanente pareça mais próxima da realidade e aceitável, é necessário, segundo o autor, tratar a questão da invulnerabilidade humana e sua patologia da repugnância, que são tratados nos tópicos posteriores.

No segundo tópico, denominado “A propensão humana à invulnerabilidade”, Dalbosco irá indagar a razão pela qual os seres humanos, na maioria das vezes, não usam a diferença como um princípio de respeito pelo outro, sendo que, pelo contrário, o que se observa é um uso violento e autoritário. Tal entendimento parece auxiliar na compreensão da nova perspectiva de diferença que o autor apresenta na primeira parte do capítulo, sendo necessário, então, investigar a raiz antropológica desse uso violento e autoritário (DALBOSCO, 2021, p. 129). Essa investigação parte da filósofa Martha Nussbaum, que vai defender que a cidadania é um processo que vai do interno para o externo e não o contrário, por isso a educação deve visar o equilíbrio entre os desejos e as potencialidades humanas.

Esse pensamento de Nussbaum é baseado nas teorias rousseauianas e também kantianas, em que o ser humano é compreendido ao mesmo tempo como inseguro por sua impotência e pela vontade absurda de realizar algo se assemelha muito com as ideias de

amor de si e o amor-próprio de Rousseau ou, então, o conceito que Kant irá definir como sociabilidade insociável, como o autor bem nos exemplifica e esclarece no capítulo. O importante, aqui, é verificar o quanto tais conceitos iluministas se aplicam e complementam a filosofia de Nussbaum, que trata de duas possíveis faces do ser humano diante da diferença. Embora Dalbosco alerte para a impossibilidade de levar tais conceitos rousseauianos ou kantianos no sentido literal, compreende que tais conceitos fundamentam bem o “perigo moral” que é a busca de plenitude urgente por parte do ser humano, quando este identifica suas fragilidades e precisa resolvê-las a qualquer custo.

O problema do “perigo moral” é melhor tratado na terceira parte do capítulo, onde adentra-se de fato na patologia da repugnância. Em linhas gerais, entende-se que a repulsa do ser humano que possui medo, assim como inseguranças citadas anteriormente, originam esse sentimento de repugnância. Na análise de Nussbaum, ela pertence a esfera das emoções, sendo necessário então um estudo mais voltado para a psique humana. O autor adentra o tema das emoções chegando na conclusão de que, em última análise, a repugnância resulta em uma “crença irracional”, ou ainda, em um mal pensamento, o que acaba constituindo um mecanismo de discriminação social (DALBOSCO, 2021, p. 133).

Adiante, o autor relaciona essa ideia de repugnância quando é aliada ao narcisismo, mais especificamente no período da infância e como isso pode resultar em uma compreensão ou legitimação de hierarquias sociais no futuro, quando tal narcisismo não é combatido ou por vezes até incentivado inconscientemente pelos adultos. A isso se deve o fato de, segundo Nussbaum, ser uma patologia. Para combatê-la, é necessário a ajuda da família e da sociedade, para além dos muros da escola. Porém, Dalbosco ressalta que o eixo central do capítulo apresentado é a ideia de bifurcação entre o indivíduo singular que nunca falha e os demais indivíduos (muitas vezes em grupos específicos) que sempre falham, sendo impuros e sujos, e conclui que “nesse contexto, fica evidente que a compreensão e o respeito pela diferença, como atitude mínima exigida para a construção da convivência livre e democrática, implica na ruptura com a patologia da repugnância” (2021, p. 134), ou seja, essa bifurcação precisa ser superada.

Por fim, na última parte do capítulo seis, onde irá tratar da educação para a diferença, o autor ressalta a importância de abordar pedagogicamente o problema da repugnância, pois a forma mais eficaz de romper com a patologia ainda é a educação das novas gerações (DALBOSCO, 2021, p. 134). Como síntese, o autor traz novamente Rousseau e a sua ideia de convivência com as fragilidades, bem como a perfeita igualdade entre o poder e a vontade, que se torna justamente o contrário da potencialidade e da insegurança que muitas vezes acabam como contraditórias. Quando a ideia de fragilidade não é pejorativa e a escola consegue tratar desses temas com liberdade e demonstrando como ela também faz parte da condição humana, o que resulta são melhores condições emocionais na sociedade, que, assim, poderá assumir o ideal de convivência recíproca e da ajuda mútua (DALBOSCO, 2021, p. 138).

Considerações finais

Após uma leitura da obra do professor Claudio Dalbosco, tem-se o entendimento de que ela pode ser de grande relevância para todos aqueles que estudam ou pretendem estudar a condição humana, pois ao mesmo tempo em que traz heranças filosóficas e conceitos históricos, os relaciona com os dias atuais, ressignificando alguns conceitos e mantendo outros com boas justificações. Ou seja, a relação que o livro busca fazer dos conceitos filosóficos históricos com os acontecimentos atuais parece ser efetivamente desenvolvida.

É certo que as discussões muitas vezes são introdutórias e não tão conclusivas, como o próprio autor menciona e deixa claro em vários momentos. Porém, ao compreender a filosofia como ponto de partida para a reflexão acerca de fenômenos contemporâneos, tal obra torna-se uma largada fundamental para o debate atual. Os capítulos escolhidos para a presente resenha parecem convergir na solução proposta pelo autor, ao finalizá-los com a pedagogia de Rousseau, que, em certo ponto, converge também com a filosofia kantiana e o seu ideal de maioria.

Por fim, penso que seja importante ressaltar a relevância de se tratar as tecnologias, as relações sociais que são mediadas por ela e as consequências educacionais de tais fenômenos. E o professor Dalbosco, particularmente nessa obra, apresenta uma frutífera relação da Filosofia com a Pedagogia, unindo temas cruciais para nossa realidade de uma forma coerente e que, se não resolvem os problemas de imediato, certamente provêm a reflexão necessária para uma transformação social e entendimento do mundo em que estamos inseridos.

Referência

DALBOSCO, Claudio A. *Educação e condição humana na sociedade atual: formação humana, formas de reconhecimento e intersubjetividade de grupo*. Curitiba: Appris, 2021.

Como citar este documento:

SILVA, Alex Sander da; JORDÃO, Gustavo Rodrigues. Formação humana e sociedade digital: elementos da relação entre educação e condição humana na atualidade (Resenha). *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 30, e14746, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30i0.14746>.